

Notas e Resenhas

QUALIDADE DE VIDA URBANA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO E EXEMPLOS DE SUA ABORDAGEM A PARTIR DE TEXTOS ELABORADOS NO ÂMBITO DA LITERATURA GEOGRÁFICA

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 41, n. 1, p. 177-188, jan./abr. 2016.

INTRODUÇÃO

As primeiras discussões sobre as questões vinculadas à qualidade de vida urbana emergiram graças às reflexões apresentadas pelo movimento sanitário europeu, no século XIX. Esta origem justifica o fato de que os trabalhos sobre esta temática, relacionados àquela época, fossem produzidos por autores vinculados à área de saúde ou de planejamento urbano.

Deve-se mencionar que o processo de urbanização que se desencadeou na Europa, em especial nos países mais industrializados, por volta de 1840, significou uma deterioração nas condições de vida de sua população, a qual passou a se tornar vulnerável às epidemias, comuns em cidades com maior concentração de pessoas. Esta particularidade explica o grande interesse por parte de estudiosos das áreas mencionadas.

Atualmente, outras disciplinas e áreas do conhecimento passaram a tratar de questões que envolvem a qualidade de vida urbana. Trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais, sobre as várias abordagens relacionadas ao tema, confirmam esta tendência e, desta forma, sua relevância.

O olhar multidisciplinar sobre as questões relativas à qualidade de vida urbana resultou em uma multiplicidade de conceitos e definições. No entanto, independentemente da área, observa-se que as diferentes conceituações convergem para a satisfação de necessidades (básicas ou não), seja no âmbito individual ou de um grupo social.

Assim sendo, deve-se considerar que conceituar qualidade de vida urbana implica em que o pesquisador avalie diversos pontos de vista; as épocas; os países; a cultura; o contexto social; o indivíduo e suas necessidades.

Neste artigo, buscou-se avaliar a partir de que momento, a Geografia e os Geógrafos passaram a desenvolver estudos visando caracterizar as condições de vida de uma determinada sociedade e, por conseguinte, passaram a discutir explicitamente questões relacionadas à qualidade de vida urbana.

A BUSCA POR UM CONCEITO EMBRIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA NO CONTEXTO DA LITERATURA GEOGRÁFICA

O desenvolvimento econômico, as transformações socioespaciais e suas implicações na qualidade de vida urbana, certamente, são temas de grande relevância que compõem o universo de estudos de diferentes disciplinas. A Geografia, não poderia permanecer à margem destas reflexões inovadoras. Na medida em que a população aumentou de maneira significativa e que passou a dispor de novas tecnologias, o homem ampliou sua capacidade de intervenção no espaço, ou seja, de modificá-lo. De

certa forma, estabeleceu-se um ponto de interseção entre as abordagens de interesse das ciências naturais e as das ciências humanas e sociais.

Este ponto de interesse em comum é, na verdade, composto por várias dimensões (econômica, demográfica, política, cultural, ambiental etc.). No decorrer do tempo, alterações nos significados estabelecidos entre estas dimensões começaram a afetar de forma diferenciada, a condição humana. Por esta razão, também os geógrafos passaram a produzir estudos buscando, justamente, compreender como estas relações poderiam se materializar alterando a condição humana.

A análise da literatura pertinente permitiu constatar que, independentemente de ser considerada uma ciência humana/social ou uma ciência natural, a Geografia assume um papel de extrema importância entre as demais ciências, no momento em que passa a pesquisar o espaço produzido pelas sociedades humanas. O destaque está no fato de que ela considera este espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições, e em diversos tempos históricos. Emerge, então, o interesse da Geografia pela interseção, ou seja, pelas implicações na organização do espaço, como resultante da intervenção humana.

Neste contexto, desde o século XVIII até o final do século XIX, os geógrafos passaram a estudar questões caracterizadas pelos relacionamentos entre os grupos sociais e a natureza. Esta relação se faz presente na obra *Antropocentrismo: fundamentos da aplicação da Geografia à História*, publicada em 1882, pelo antropólogo e geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Seu pensamento expressava um conjunto de ideias que abordavam a grande influência do meio natural sobre o homem. Destacava, especialmente, o fato de que o território constituía as condições de trabalho e de existência de uma sociedade.

A Antropogeografia ou a Geografia do elemento humano é definida por Ellis Júnior (1945), como sendo a área da Geografia que estuda as reações recíprocas do homem e do ambiente geográfico. Mesmo não sendo mencionada em nenhuma parte desta obra, é possível afirmar que, certamente, foi a partir das grandes transformações econômicas proporcionadas pela Revolução Industrial e suas implicações socioespaciais, que o estudo da Geografia Econômica, passou a se expandir.

Da mesma forma, nota-se que, embora o autor tenha tratado de temas como: o ambiente social; as cidades; o consumo e a evolução das atividades econômicas, estas abordagens não se relacionavam com questões que envolvessem uma análise mais profunda sobre as condições de vida.

Na opinião de Andrade (1974, p.20), a Geografia Econômica nada mais é do que "um enfoque econômico dos estudos da Geografia Humana." Com base em sua afirmação, se por um lado fica a impressão de que ele elaborou uma definição aparentemente simplista, por outro revela-se, na verdade, um cuidado todo especial. Isto fica perceptível quando apresenta seu "moderno" conceito de Geografia, por entender que ela e outras áreas se inter-relacionam e se completam. Por esta razão, em sua opinião, torna-se difícil estabelecer eventuais limites entre os objetivos de cada uma delas.

Para confirmar tal dificuldade, o autor cita Martonne (1950), que afirmava ser a Geografia, a ciência que estuda a distribuição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície da Terra, as causas desta distribuição e as relações locais destes fenômenos. Diante disto, ele conclui que, ao utilizar estudos produzidos pela Biologia, Geologia, Meteorologia etc. (ciências naturais) e outros elaborados pela Antropologia, Economia, História etc. (ciências humanas e sociais), a Geografia se propõe a analisar e descrever as diversas formas de organização do espaço, bem como, sua utilização pelo homem. É esta particularidade que proporciona o dinamismo do conhecimento geográfico, seu valor e, em especial, sua aplicabilidade.

A aproximação da Geografia com outras ciências e, portanto, a incorporação de novos temas nos estudos decorrentes, evidencia-se no trabalho de Tuan (1976). Nele, o autor reafirma este dinamismo ao confirmar a importância dos estudos produzidos pela

Geografia Humanística. Esta relevância, além de permitir uma reflexão sobre os fenômenos geográficos, possibilita um melhor entendimento do homem e de sua condição.

Neste sentido, por se envolver com outras ciências sociais, o autor atribui à Geografia Humanística uma gama maior de elementos de estudo. Desta forma, ele defende a tese de que ela pode oferecer um entendimento mais adequado do mundo humano, levando-se em consideração o estudo das relações das pessoas com a natureza e do seu comportamento geográfico. A grande novidade está no fato de que o autor também considera, em suas reflexões, os sentimentos e ideias das pessoas a respeito do espaço e do lugar. Portanto, a percepção humana sobre sua condição, passa a ser incorporada aos estudos geográficos. Esta, na atualidade, é uma dimensão relevante para os estudos envolvendo o bem estar e sua qualidade.

A convergência para uma temática mais voltada a questões que tratam das condições de vida do ser humano pode ser observada na obra de Hodder e Lee (1977). Da mesma forma que em outras obras analisadas anteriormente, esta, também, recebeu o título de *Economic Geography*. Porém, quando da avaliação sobre o conteúdo de seus capítulos, novas abordagens ficaram evidenciadas, especialmente, quando os autores discutem dois aspectos: a integração econômica e o crescimento econômico/desenvolvimento.

No primeiro, abordam a importância que os mercados centrais assumem nesta integração, sobretudo, por modificarem a estrutura espacial de um determinado local ou região. No segundo aspecto, analisam o desenvolvimento e o crescimento econômico. Afirmam que, para alguns autores, desenvolvimento e crescimento são termos sinônimos. Para outros, o desenvolvimento associa-se com as economias mais atrasadas ou subdesenvolvidas e o crescimento ocorre nas economias mais avançadas. Independentemente da análise de conceitos oferecidas pelos autores, talvez seja oportuno considerar, de acordo com os objetivos deste trabalho, que o desenvolvimento pressupõe o crescimento econômico, acompanhado, também, de uma melhora significativa no padrão de vida da população.

Entretanto, nesta obra outros dois pontos chamam a atenção. Inicialmente, destaca-se a importância que o planejamento assume quando se avaliam as múltiplas alternativas para se promover o desenvolvimento dentro de uma área específica. Este planejamento pressupõe a participação de outros atores sociais, principalmente, aqueles vinculados ao setor público. O outro ponto relaciona-se com uma vinculação que ambos fazem entre o desenvolvimento econômico, e a qualidade de vida:

'Development' is taken to refer to a much wider range of variables, including especially that whole social, economic and political process which results in a perceptible and cumulative rise in the standard and 'quality' of life for an increasing proportion of the population (HODDER; LEE, 1977, p. 169).

Ao invés de tecer considerações sobre desenvolvimento ou da percepção humana sobre sua condição, Lacoste (1981), elaborou um trabalho a partir de suas reflexões sobre o subdesenvolvimento e as necessidades correlatas. Na opinião do autor, muitos estudiosos constataram que, em países subdesenvolvidos, uma característica marcante relaciona-se ao fato de que neles, os homens não dispõem daquilo que chamava de "necessário", ou seja, do conjunto das necessidades sentidas por uma população. Acrescentou, ainda, que a não-satisfação das necessidades ocorre em qualquer país, desenvolvido ou não, uma vez que elas surgem a partir da evolução das estruturas econômicas, sociais e culturais.

Quando o autor analisou as necessidades objetivas, destacou as questões vinculadas à alimentação, condições sanitárias e de saúde, educação etc. e as associou aos países subdesenvolvidos. Porém, deve-se destacar a sua reflexão sobre o processo de formação das novas necessidades que surgiram com o crescimento das cidades e que estariam diretamente ligadas à vida urbana. Muitas delas raramente seriam satisfeitas,

por se tratarem de necessidades subjetivas, podendo ocorrer em regiões subdesenvolvidas ou não. Este estudo produzido por Yves Lacoste, certamente guarda uma relação estreita com as questões que envolvem a temática *qualidade de vida urbana*.

Diante destas reflexões, fica evidente que Martonne (1950), estava correto quando fez referência ao dinamismo da Geografia. Esta constatação também foi feita quando da avaliação de trabalhos elaborados, em tempos bastante diferenciados, por La Blache (1913) e Christofoletti (1982).

No ponto de vista de La Blache (1913, p.47), "a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens". Interessa-se, particularmente, pelos estudos das regiões por acreditar que nelas é que se produzem os acontecimentos históricos. Classifica, ainda, o homem, como um dos agentes poderosos que trabalham para modificar as superfícies, a ponto de afirmar que o equilíbrio atual do mundo vivo depende do ser humano.

Destacando, também, o fato de que a Geografia utiliza-se do suporte de outras ciências e que, portanto, tem condições de compreender a correspondência e a correlação dos fatos que tanto ocorrem em extensos territórios ou nos meios regionais mais limitados, onde eles se localizam, o autor confirmaria a importância da Geografia Regional. Esta constatação foi feita, posteriormente, por Tuan (1976), quando afirmou que a identidade do lugar (do espaço) é sua característica física, acrescentando-se, ainda, a história daquele local e como as pessoas fazem uso do seu passado. Igualmente, Buttner (1976), acreditava existir, dentro de uma região, uma coincidência entre a identificação espacial e a social. Segundo a autora, o padrão de vida modelou e foi modelado pelo sentido dado ao lugar.

Ao analisar as perspectivas dos estudos geográficos, Christofoletti (1982), afirmou que as contínuas transformações que ocorrem no conhecimento científico, associadas àquelas que ocorrem no plano socioeconômico, modificam os desafios e os problemas enfrentados pelo homem. No texto, apresentou os principais autores das perspectivas relativas às diferentes fases da ciência: Tradicional (pré-1950), Nova Geografia (década de 1960), Geografia Humanística (década de 1970) e, por último, Geografia Tempo-Espacial (década de 1970). Esta análise permitiu que o autor chegasse à seguinte conclusão:

A Geografia continua sendo uma ciência, com ebulições variadas em seu âmbito. Ao geógrafo, ao indivíduo praticante, cabe fazer a Geografia tornando-se adepto de uma ou outra perspectiva, analisando o conjunto global ou as categorias setoriais dos fenômenos. Compete ao geógrafo conhecer as várias tendências, avaliar seus pontos positivos e negativos, as suas vantagens e desvantagens, e conscientemente, optar por uma delas. Ou, validamente, propor novas perspectivas que sejam mais eficazes e satisfatórias que as anteriores (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.31-32).

O espaço em si, na opinião de Soja (1993), pode ser primordialmente dado. Entretanto, a organização e o sentido do espaço são produtos das transformações e das experiências sociais. Para o autor, o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável com outras construções sociais resultantes da transformação determinada por condições inerentes ao estar vivo.

Nesta perspectiva pode-se considerar que a organização do espaço é um produto social. Implicitamente, é possível considerar que o contexto social é composto por um conjunto de ações do homem por meio dos quais podem alterar ou interferir nas condições de vida de uma determinada sociedade.

A relação entre a economia, a dinâmica socioespacial e as diversas dimensões que poderiam implicar em alterações nas condições de vida de uma sociedade, como objeto de estudo da Geografia, evidencia-se no trabalho de Claval (1995). Ao analisar os fundamentos econômicos da geografia regional, o autor atribui aos geógrafos a missão de buscar compreender as sociedades como realidades vivas. Em sua forma de

entender, elas são compostas por homens vivendo em um dado momento e em um determinado lugar.

Mas afinal, se a Geografia, de acordo com os autores analisados, se interessava pela grande influência do meio natural sobre o homem; ou produz estudos relacionados com as ciências naturais; ou, ainda, procura compreender o mundo humano levando em consideração as relações das pessoas com a natureza e as modificações por elas produzidas no espaço, faltava para esta ciência passar a considerar uma nova dimensão: o Meio Ambiente.

Esta dimensão, até então pouco abordada pelos geógrafos, é trazida ao debate quando Bayliss-Smith e Owens (1995), afirmaram que existe uma dificuldade de se compreender o significado social do ambiente. Assim, pode ser entendido para a sociedade humana, simplesmente como um provedor de sustento para a vida. Também pode ser avaliado como um conjunto de recursos naturais ou em uma perspectiva mais sustentável, um problema que envolve interesse por sobrevivência, esgotamento de recursos naturais, saúde etc. Nesta última perspectiva, discutir o desenvolvimento sustentável, implica analisar questões como energia, poluição, transporte, saúde pública, além de temas ambientais específicos como: desmatamento, erosão etc. Inegavelmente, todas estas questões relacionam-se com as dinâmicas demográficas, as transformações espaciais e as condições de vida.

Em um estudo elaborado por Guidugli e Medinilha (1999), o qual tinha como objetivo analisar, dentro da literatura geográfica, a inserção da dinâmica demográfica na problemática ambiental, possibilitou a seguinte constatação:

Ao longo da investigação, foi possível identificar que nas décadas de 70 e início da de 80, o número de artigos envolvendo estes temas foram escassos. As poucas publicações encontradas neste período tratavam da questão do crescimento demográfico como sendo o principal motivador da poluição e da degradação dos recursos... Vale a pena acrescentar que, as questões ambientais neste período não eram ainda tão preocupantes quanto na última década, visto que a preservação dos recursos tornou-se uma alternativa básica para a sobrevivência do homem para as gerações futuras (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p.8).

Sobre a produção dos geógrafos, que abordaram a relação entre a natureza e a sociedade, Verdum (2005), lembra que, inicialmente, a preocupação dos geógrafos limitava-se a tratar da relação homem-natureza. Esta forma de abordagem já diferenciava a Geografia de outras ciências que se dividiam entre aquelas que analisavam as dinâmicas da natureza e as que estudavam as dinâmicas sociais.

Segundo o autor, ao se aproximarem das abordagens que se constituíam objeto de estudo das ciências sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia), os geógrafos passaram a elaborar conceitos que enfatizavam as relações sociais:

Essa aproximação com os referenciais construídos pelas ciências sociais criou a possibilidade para os geógrafos de alterarem as bases para compreender a relação entre os homens e a natureza. O conceito de espaço geográfico é elaborado como sendo resultado das maneiras como os homens organizam sua vida e suas formas de produção (VERDUM, 2005, p.91).

De uma forma geral, a revisão da literatura permitiu constatar alguns aspectos relevantes:

- I. O estudo do espaço geográfico sempre esteve relacionado a temas multidisciplinares. Nota-se que a aproximação com outras áreas de estudo, permitiu que os geógrafos passassem, de maneira mais adequada, a produzir estudos sobre a condição humana a partir das mais diversas abordagens.

- II. Todas as discussões envolvendo as transformações econômicas, socioespaciais, surgimento e expansão das cidades, crescimento demográfico, meio ambiente e tantas outras, implícitas quando se pretende fazer uma reflexão sobre elas, confirmam que houve a construção natural de um caminho entre a Geografia e todas as demais dimensões que envolvem a temática *qualidade de vida urbana*.
- III. O “diálogo” com outras áreas de estudo foi, portanto, necessário e imprescindível ao seu desenvolvimento, considerando-se sua complexidade e abrangência, diante da imensa diversidade das realidades que podem ser analisadas.
- IV. Este conjunto de estudos e a amplitude de suas reflexões são fundamentais para aqueles sobre qualidade de vida urbana em Geografia.

COMO A DISCUSSÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA URBANA SE EXPLICITOU NA GEOGRAFIA

A avaliação da literatura confirmou que o conceito de *qualidade de vida urbana*, dentro do contexto da Geografia, foi sendo construído gradativamente. Esta forma de construção relaciona-se com a complexidade e abrangência do tema, confirmados tanto pela literatura geográfica, quanto por aquelas elaboradas por autores de outras áreas. Desta forma, explicitamente, a temática só passaria a ser considerada pelos geógrafos em estudos mais recentes.

Outra constatação foi a de que se observou uma grande ocorrência de estudos, contemplando a qualidade de vida com a análise espacial, principalmente, em escalas pequenas, como aquelas relativas às áreas urbanas, ou médias, no caso dos estudos regionais. Isto pressupõe a compreensão da dinâmica da sociedade no espaço em que vive, influenciando-o e, constantemente, influenciada por ele.

A análise das reflexões sobre as relações entre as transformações econômicas e socioespaciais; o surgimento e a expansão das cidades; o crescimento demográfico; o meio ambiente, entre outras, permitiu compreender como estas relações se estabeleceram.

Uma vez que o conceito de qualidade de vida urbana foi sendo construído de forma gradativa, optou-se pela análise, a seguir, de estudos a partir de um ordenamento cronológico. Tal metodologia mostrou-se apropriada para demonstrar como a temática foi, progressivamente, se explicitando na literatura geográfica.

Especificamente sobre a *qualidade de vida urbana*, observou-se que, a partir da segunda metade do século XX, a temática ganhou destaque na medida em que estudos sobre questões relacionadas com as condições de vida da população passaram a ser desenvolvidos. Iniciava-se, então, o que ficou conhecido como Movimento dos Indicadores Sociais (MIS).

Os países desenvolvidos criaram mecanismos para mensurar a sua vida social, mediante indicadores que tinham como finalidade a identificação dos níveis de bem-estar humano. No entanto, estes eram indicadores econômicos baseados, por exemplo, no consumo de bens e serviços, e no Produto Interno Bruto *per capita*. Portanto, o objetivo principal não era, ainda, o de tratar, especificamente, das dimensões que envolviam a qualidade de vida, e sim o de melhorar o desempenho dos indicadores econômicos.

Somente a partir dos anos 60 foram introduzidos indicadores capazes de medir a percepção do indivíduo com relação a fatores subjetivos tais como a felicidade, a satisfação, a saúde física e mental. Isto representou uma grande mudança na abordagem desta temática.

De acordo com o geógrafo Smith (1980), a introdução destes indicadores sociais foi significativamente importante. O autor afirma existir uma dependência entre a felici-

dade e o nível de satisfação do indivíduo, a partir de três tipos de necessidade: *ter* (economia e moradia); *amar* (companhia, solidariedade e identidade) e *ser* (auto-realização, trabalho, saúde, educação). De acordo com ele, para se avaliar estes tipos de necessidades deveriam ser incluídos, nos indicadores de bem estar, variáveis sobre a qualidade de vida material, física, mental e espiritual. Desta forma, seriam expostas eventuais carências existentes.

Percebe-se que a Geografia, ao aprofundar seus estudos sobre as relações existentes entre a sociedade e o espaço, consciente ou inconscientemente, fez com que começassem a emergir trabalhos que, de alguma forma, abordavam questões vinculadas à qualidade de vida. Diante da heterogeneidade e da complexidade das formas pelas quais se materializam as relações entre a sociedade e o espaço, constatou-se que novas dimensões passaram a ser consideradas. Dentre estas inovações teve-se, como exemplos, a subjetividade e a percepção, além daquelas objetivamente mensuráveis por indicadores econômicos.

Estas dimensões envolvendo a subjetividade e a percepção passaram a estar presentes nos estudos geográficos. O estudo publicado por Saarinen e Gibson (1980), no periódico *Geographical Perspectives*. No texto, destacaram a percepção da população mediante certas dimensões de qualidade de vida. De acordo com os autores, os graus e formas de percepção do espaço pelo indivíduo ou grupo social surgem como resultantes de um juízo de valor sobre o espaço vivido.

Outros trabalhos produzidos por geógrafos, analisados anteriormente, confirmaram ser o espaço, resultado da interação entre seus diversos atores e suas respectivas ações. Esta interação pode ser, igualmente, observada em dois outros artigos publicados, respectivamente, nos periódicos: *Annals of the Association of American Geographers* e *Revista Geográfica*.

No primeiro, Helburn (1982), define qualidade de vida como um conceito familiar: o "interesse público" ou o "bem público". Em sua concepção, qualidade de vida pode ser compreendida como um objetivo político vinculado ao lugar. Além disto, este objetivo, uma vez estudado, pode fazer com que os geógrafos ofereçam uma importante contribuição:

Each of us makes a modest contribution, but the faith is that together we make a positive difference. Insofar as geographers contribute as policy makers and advisors, as citizens, as managers, and as consciousness raisers, the "quality of life" policy goal is especially pertinent to the personal ideal of leaving the world a better place (HELBURN, 1982, p. 445).

Em suas proposições, o autor defende que a *qualidade de vida* pode envolver, também, a rotina de uma sociedade ou de uma região. Portanto, refere-se à compreensão sobre quais condições são necessárias para proporcionar felicidade àquela sociedade ou região.

No segundo artigo, Diaz (1985), afirma que os primeiros estudos sobre a temática, desenvolvidos por não geógrafos, surgiram no século XIX. Define *qualidade de vida* como uma combinação de elementos físicos que compõem as atitudes materiais e culturais de uma população. Estas atitudes se inserem em um conjunto de valores, de normas de conduta e de fatos geográficos que constituem o meio. É neste meio que a população é capaz de satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, saúde, habitação, segurança, lazer, dentre outras). Nesta perspectiva, o autor associou o termo *qualidade de vida* a uma série de outros conceitos, tais como: bem-estar, condições de vida, satisfação e estilo de vida dos cidadãos etc. Estes outros conceitos necessitariam de indicadores subjetivos para mensurá-los.

Abaleron (1986), além de indicadores objetivos, considerou, também, os subjetivos e a percepção da população como fonte de informação de extrema importância no processo de se determinar a qualidade de vida. Seu estudo tinha como principal objetivo

demonstrar a relação existente entre indicadores objetivos específicos e a forma da população perceber a qualidade de vida.

A partir deste estudo, o autor pode demonstrar quais fatores modificariam a relação entre o mundo objetivo e o subjetivo. Além disto, incorporou uma nova variável a ser analisada: a espacial. Segundo ele, esta variável era de fundamental importância. A razão para tanto, vinculava-se ao fato de considerar que, no espaço, é que se materializam as ações provocadas pelos diversos atores que pertenciam às dimensões política, econômica, social, psicológica e cultural de uma determinada sociedade.

Dando destaque à percepção da qualidade de vida, comprovou que desejos e aspirações dependem, especialmente, de um contexto cultural e histórico. Isto significa que não basta oferecer à sociedade elementos que proporcionem satisfação se os indivíduos não os percebem ou não os demandam para suas vidas.

O ambiente urbano, considerado como o local aonde ocorrem mudanças estruturais, é abordado por Jackson (1986). O autor enfatizou que é no espaço urbano que ocorrem as interações entre o capital e a comunidade local. Isto implica em considerar as situações decorrentes destas interações que se relacionam, por exemplo, com o emprego, o consumo, o desenvolvimento econômico local e sua integração com outras áreas urbanas.

Especificamente sobre as modificações espaciais produzidas no Brasil, ocorridas na década de 80 do século passado, Becker (1986), afirmou que uma das formas mais vigorosas de expressar o modelo de crescimento econômico do país, foi o rápido processo de urbanização pelo qual passou e que modificou substancialmente algumas cidades. Destaca, também, que algumas questões passaram ser objeto de estudo, como por exemplo: a migração; o surgimento e o crescimento da periferia, principalmente, nas cidades com maior concentração demográfica.

Questões similares àquelas tratadas por Becker (1986), foram consideradas por Leitner (1987), como efeitos colaterais que ocorrem dentro da área urbana. Ao analisar a relação entre a produção e o consumo, a autora defende que a cidade é a primeira e a mais importante esfera onde se processa esta relação. Desta forma, não tem nenhuma dúvida de que a cidade necessita de um planejamento de suas políticas urbanas. Além disto, indiretamente aborda questões que, certamente, envolvem a qualidade de vida urbana, uma vez que a dinâmica local das atividades econômicas interfere no desenvolvimento urbano. Consequentemente, modificam as demandas locais (serviços públicos, educação, saúde etc.).

Este posicionamento da autora coincide com o pensamento de Lefebvre (1972). Para ele, as cidades e as zonas urbanas assumiam, cada vez mais, papéis importantes. Por isto, o estudo dos problemas relacionados com as forças produtivas era de vital importância, uma vez que os espaços urbanos poderiam estimulá-las ou freá-las, ocasionando, em ambos os casos, problemas políticos.

Uma breve reflexão sobre o pensamento destes dois autores confirma um dos pressupostos para que ocorra o desenvolvimento econômico: a necessidade de que o crescimento econômico se traduza em melhoria das condições de vida e gestão das políticas públicas. Inclui-se, ainda, a participação ativa da sociedade nas decisões que influenciam a vida daqueles que a compõem.

A preocupação com a gestão das políticas públicas aparece, também, no estudo de Damiani (1992), ao vincular a qualidade de vida com a deterioração da cidade. Em seu texto, fica evidenciada a dificuldade de se compatibilizar as demandas que decorrem do crescimento das cidades e com a capacidade de atendê-las:

Arrolar serviços urbanos existentes, de um lado - educação, esgoto, água, luz, asfalto, etc. -, e de outro, o montante pressuposto de sua necessidade, dado o número de habitantes e a necessidade média que cada um representa (DAMIANI, 1992, p.127).

Esta constatação feita pela autora, possivelmente, guarda uma relação direta com as dificuldades vivenciadas pelas cidades que apresentaram e, ainda, apresentam crescimento demográfico e urbano intensos.

Isto reforça a necessidade da participação da sociedade quando da elaboração de políticas urbanas, uma vez que, os indivíduos que ocupam o espaço, são diferentes no que diz respeito às condições econômica, educacional e cultural. Assim sendo, tendem a perceber, de forma diferenciada, os diversos elementos que poderiam proporcionar satisfação ou insatisfação (BRAVO; VERA, 1993).

Entende-se que, independentemente das formas pelas quais diferentes autores a abordaram, a conceituação de *qualidade de vida urbana*, caminha para um consenso fundamentado na questão de que um indivíduo ou um grupo social tem um conjunto de necessidades básicas e aspirações. Diante disto, compreender a percepção da população sobre a qualidade de vida, em especial a própria, constitui-se num objeto de estudo de extrema importância, também considerado pela Geografia. Sobretudo, em ambientes urbanos, locais estes nos quais se materializam as relações socioespaciais negativas ou positivas, mais intensas.

Algumas dimensões devem ser destacadas nas reflexões sobre o tema tratado. Dentre elas, a sociedade/indivíduo e sua percepção do espaço; a necessidade da utilização de indicadores subjetivos; o espaço urbano como resultado das interações entre o capital e a sociedade devem ser consideradas fundamentais para as reflexões e ações. Além delas, a elaboração de políticas públicas visando atender, mesmo que parcialmente, às novas demandas que surgem com as alterações espaciais e os estudos produzidos por geógrafos, sobretudo, a partir da década de 1990, cujos trabalhos apresentaram mudança na forma de abordagem da qualidade de vida, tornaram-se relevantes. Novas dimensões, de grande impacto, passaram a ser consideradas, como por exemplo, o meio ambiente em termos de violência contra ele e a própria violência contra a sociedade.

O meio ambiente já havia sido objeto de discussão, desde a realização da Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Este evento originou-se do reconhecimento mundial da necessidade de se buscar o equacionamento dos problemas ambientais. Algumas possíveis ações poderiam significar, em tese, uma melhora sensível em termos de qualidade ambiental e, conseqüentemente, de vida. Sobretudo, para as populações que viviam em espaços mais degradados. Infelizmente, estas ações não se concretizaram. Este fato estimulou a realização de uma Segunda Conferência, em 1992, no Rio de Janeiro. Mesmo com este outro evento, e apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito.

A questão ambiental ou a reflexão sobre esta temática, motivada, especialmente, pela realização desta última Conferência, rapidamente surge na literatura geográfica.

Vallega (1995) avalia, entre outras questões, a relação entre os desenvolvimentos: econômico; humano; e, sustentável. O meio ambiente ganha destaque para ele, quando faz referência ao texto que trata do desenvolvimento sustentável, aprovado na Segunda Conferência. Nele, alguns objetivos foram fixados: o respeito à integridade do ecossistema; a busca pelo desenvolvimento sustentável; e, a garantia da justiça social e dos direitos às gerações futuras. Desta forma, entende-se que, ações que visassem alcançar estes objetivos, futuramente, possibilitariam uma melhor qualidade de vida.

Outro trabalho interessante foi elaborado por Ross (1995). Nele, o autor vincula sua análise sobre o meio ambiente com o crescimento rápido das cidades. Destaca que este crescimento não tem sido acompanhado, na mesma velocidade, pela oferta de uma infraestrutura necessária capaz de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, principalmente, em países subdesenvolvidos.

Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, os problemas ambientais são muito maiores do que nos países desenvolvidos, pois, além das questões relativas à poluição do ar, da água e do solo

gerados pelas indústrias e pelos automóveis, existem os problemas relacionados com a miserabilidade da população pobre, que sobrevive em péssimas condições sanitárias, vivendo em grandes adensamentos demográficos nos morros, mangues, margens de rios, correndo riscos de toda a natureza (ROSS, 1995, p. 217).

O mesmo grau de importância dado pelos geógrafos à questão ambiental e que, igualmente, se relaciona com o processo de urbanização, é conferido a outro tema que, certamente, interfere sensivelmente na percepção da qualidade de vida de uma sociedade: a violência.

A pobreza e a segregação socioespacial são manifestações concretas provocadas pela desigualdade social. Este fato, de acordo com Vitte (2002), implica em incluir no debate sobre a qualidade de vida, as práticas de gestão e as políticas públicas. Diante disto, supõe-se que, é função da esfera pública identificar os graus de desigualdade social existentes entre os diversos grupos sociais. Esta prática, seguida de ações específicas, certamente, minimizaria eventuais problemas ocasionados pela exclusão social, dentre eles, a criminalidade.

Estes problemas aparecem como objetos de reflexão no trabalho de Mohan (2002). Nele, o autor aborda, entre outros temas, a questão da exclusão social e suas implicações. Cita o aumento da criminalidade ou da sensação de medo, como resultantes da polarização social, ou seja, uma consequência da falta de interação social, proporcionada pela exclusão. Estas questões constituem-se novas dimensões da análise da qualidade de vida urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se evidenciar como o conceito e a discussão sobre a qualidade de vida urbana passou a ser objeto de reflexão no âmbito da literatura geográfica.

Inicialmente, constatou-se que, a partir do século XVIII, trabalhos sobre a qualidade de vida urbana, embora não abordada de forma explícita, resultaram do interesse de geógrafos em discutir as implicações da intervenção humana na organização do espaço. Isto porque, tal intervenção, passou a provocar alterações nas condições de vida e, portanto, na própria estrutura social da população.

A avaliação da literatura confirmou, ainda, que, na medida em que os estudos geográficos incorporavam novas dimensões (transformações econômicas, socioespaciais, crescimento demográfico, meio ambiente, etc.), o conceito de qualidade de vida urbana foi sendo, gradativamente, construído no âmbito da ciência.

Esta construção gradativa ofereceu o suporte necessário para que estudos produzidos por geógrafos, especificamente sobre a temática da qualidade de vida urbana, se explicitassem e se intensificassem, a partir do início da década de 1980.

REFERÊNCIAS

- ABALERON, C.A. Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida em áreas centrales y Barrios o vecindarios. **Revista de Geografia**. São Paulo, v.1, n.5/6, p.103-142, jan./dez., 1986.
- ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1974.
- BAYLISS-SMITH, T.; OWENS, S. O desafio ambiental. In: GREGORY, D. et al. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BECKER, B. K. Geography in Brazil in the 1980s: background and recent advances. **Progress in Human Geography**, v.10, n.2, p.157-183, 1986.
- BRAVO, M.T; VERA, S.F. El concepto de calidad de vida: una revision de su alcance y contenido. **Revista Geográfica Venezolana**. Mérida: Universidad de los Andes, v.34, n.2, 1993.
- BUTTNER, A. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.277-292, 1976.
- CHRISTOFOLETTI, A.(ORG.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CLAVAL, P. **Initiation à la Géographie Régionale**. Paris: Nathan, 1995.
- DAMIANI, A.L. Qualidade de vida urbana: repensando a cidade? **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo v.6, p.127-131, 1992.
- DÍAZ, K. Los estudios geográficos sobre la calidad de vida em Venezuela. **Revista Geográfica**, n.102, p.55-72, jul./dec., 1985.
- ELLIS JUNIOR, A. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1945.
- GUIDUGLI, O. S.; MEDINILHA, A. A avaliação da literatura sobre a interação da dimensão demográfica nas questões ambientais. **Geografia**, Rio Claro, v.24, n.3, p.5-42, 1999.
- HELBURN, N. Geography and the quality of life. **Annals of the Association of American Geographers**, v.72, n.4, p.445-456, 1982.
- HODDER, B.W.; LEE, R. **Economic Geography**. London: Butler & Tanner Ltd, 1977.
- JACKSON, P. Social geography: the rediscovery of place. **Progress in Human Geography**, v.10, n.1, p.119-124, 1986.
- JOHNSTON, R. La geografia de las prácticas geográficas: contexto y salud de la disciplina. **Doc. Anál.Geogr.**, v.39, p.23-35, 2001.
- LA BLACHE, P. V. As Características Próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A.(Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- LACOSTE, Y. **Os Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Difel, 1981.
- LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville – suivi de espace et politique**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.
- LEITNER, H. Urban geography: undercurrents of change. **Progress in Human Geography**, v.11, n.1, p.134-146, 1987.
- MARTONNE, E. de. **Traité de Géographie Physique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1950.
- MOHAN, J. Geographies of welfare and exclusion: dimensions, consequences and methods. **Progress in Human Geography**, v.26, n.1, p.65-75, 2002.
- ROSS, J.L.S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- SAARIEN, T.F.; GIBSON, L.J. Change in public perceptions of environmental quality indices: a Tucson example. **Geographical Perspectives**, n.46, p.13-23, 1980.
- SMITH, D. M. **Geografía humana**. Barcelona: Oikos-Tau, 1980.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TUAN, Y. Humanistic Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.266-276, 1976.

VALLEGA, A. **La regione, sistema territorial sostenibile**: compendio di geografia regionale sistemática. Milano: Mursia, 1995.

VERDUM, R. Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.16, p.91-94, 2005.

VITTE, C.C.S. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A.P. **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

ADEMAR PEREIRA DOS REIS FILHO

(Professor de Ensino Superior III – C, da Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, Campus de São José do Rio Preto-SP, Rua Fernandópolis, 2510, Cep. 15043-020. E-mail: ademar@fatecriopreto.edu.br)

ODEIBLER SANTO GUIDUGLI

(Professor Livre Docente do Departamento de Geografia/IGCE/UNESP/Rio Claro-SP, Avenida 24 A, 1515, Cep. 13506-900. E-mail: odeibler@rc.unesp.br)

DIRETRIZES PARA AUTORES

GEOGRAFIA NÃO ADMITE SUBMISSÕES ON LINE.

Para submeter um texto, siga estritamente as instruções abaixo.

Instruções para preparação dos originais.

Os pesquisadores interessados em publicar na revista Geografia devem preparar seus originais seguindo as orientações abaixo, que serão exigências obrigatórias e preliminares para recebimento dos textos para análise dos *referees*.

Após elaborar o texto seguindo as instruções, preencha o formulário de cadastro de textos e autores constante na [página da Ageteo](#), imprima e envie para a AGETEO no endereço:

Associação de Geografia Teorética
Prédio da Pós-graduação em Geografia
Avenida 24 A nº 1515 - Bela Vista
13506-900 - Rio Claro - SP

Texto

Os textos devem ser digitados no processador Microsoft Word, sem formatação dos parágrafos, com espaçamento 1.5 entre linhas, letra Times New Roman corpo 12 e, no máximo, 20 páginas tamanho A4. Devem ser encaminhados em CD, acompanhados de duas cópias impressas, inclusive das figuras, tabelas, quadros etc, uma das quais sem nome(s) do(s) autor(es). O CD deve ser identificado com o sobrenome do primeiro autor e título do artigo. Além do texto principal, deverão ser encaminhados título, resumo (com 200 palavras no máximo) e palavras-chave em Português e em um segundo idioma (Inglês, Francês, Espanhol, Italiano), devidamente revisados por especialista. Não usar tradutor automático.

O título deve ser digitado em maiúsculas, separado do subtítulo por dois pontos (:), quando houver. Um espaço abaixo dele deve(m) ser digitado(s) o(s) nome(s) completos do(s) autor(es), (somente o sobrenome de entrada na Referência em maiúsculas), seguido(s) de sua filiação institucional, atividade e/ou cargo exercido, endereço para correspondência e e-mail. As divisões do texto devem ser destacadas com um espaço antes e outro depois e digitadas em negrito.

Tabelas

As tabelas devem ser digitadas em folha à parte, com os seus títulos acima, usando o recurso "tabela" do próprio processador utilizado para o texto. Deverão ter chamada no texto desta forma: tabela 5. As tabelas devem ser identificadas por numeração seqüencial e sua posição de inserção no texto marcada como exemplificado abaixo.

TABELA xx

Figuras

As figuras deverão ser fornecidas sob a forma de arquivo digital em branco e preto, não inserido em texto, com extensão .CDR, .TIF, ou .JPG (com no mínimo 300 dpi), com escala gráfica (no caso de cartogramas e mapas) e legendas legíveis quando impressas no tamanho máximo de 13x17 cm. Deverão ter chamada no texto desta forma: figura 5. Os títulos não deverão estar escritos nas figuras, mas enviados em folha à parte. As figuras devem ser identificadas por numeração seqüencial e sua posição de inserção no texto marcada como exemplificado abaixo. Figuras coloridas poderão ser aceitas desde que o autor se responsabilize pelo custo das páginas respectivas.

FIGURA xx

Referências e Citações

De acordo com a NBR-10520:2001 da ABNT, as Referências deverão ter chamadas no texto pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), em maiúsculas, data e página, quando dentro do parêntesis (SILVA, 1995, p.43) e em minúsculas quando inseridas na frase: Segundo Silva (1995, p.43). Se um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras, (SILVA, 1995a, p.35).

Solicita-se evitar ao máximo notas de rodapé.

As Referências (somente aquelas citadas no texto) completas deverão constar ao final do texto, alinhadas totalmente à esquerda, em ordem alfabética, e elaboradas de acordo com a NBR-6023:2002 da ABNT.

Orientações no link: http://unesp.br/cgb/mostra_arq_multi.php?arquivo=4631.

Exemplos: (atentar para a pontuação e estilo)

Livro

SOBRENOME, Nomes. **Título do Livro**. Local de Edição: Editora, ano da publicação. ?p.

Capítulo de livro

SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nomes (Ed., Org., Comp.) Título do Livro. Local de Edição: Editora, ano de publicação. Número do Capítulo, p. página inicial – página final do capítulo.

Artigo

SOBRENOME, Nomes. Título do Artigo. **Nome da Revista**, Local de Edição, v. ?, n. ?, p. página inicial - página final, ano da publicação.

Tese/Dissertação

SOBRENOME, Nomes. **Título da tese/dissertação**. Data de publicação. ? f. Tese/Dissertação (Doutorado/Mestrado em ...) - Instituto, Universidade, local da defesa, data de defesa.

Evento

SOBRENOME, Nomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 5., Cidade, data. **Título Anais, Proceedings...** Local de edição: Editora, data. página inicial-final do trabalho.

As citações textuais de menos de três linhas deverão aparecer no decorrer do texto, na mesma letra (sem itálicos) e entre aspas. As citações que ocuparem mais de três linhas deverão ser digitadas separadas do texto principal, com recuo, sem aspas nem itálicos e em letra de tamanho menor que aquela do texto principal. Em ambos os casos, deve ser citado o SOBRENOME do autor, ano, página.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista ou anais de eventos.
2. Os arquivos para submissão estão no formato solicitado nas normas e foram revisados quanto à ortografia e sintaxe.
3. Estão sendo enviados título, resumo e palavras-chave em Português e em um segundo idioma (Inglês, Francês, Espanhol, Italiano), devidamente revisados por especialista.
4. Os arquivos de figuras estão em formato CDR, TIF ou JPG, com 300 dpi, no mínimo.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas normas da revista.
6. Estão sendo enviadas duas cópias completas impressas - uma identificada e outra não identificada - e arquivos digitais de texto, tabelas e figuras.

